

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO VRP: DESAFIOS PARA O TERRITÓRIO

Isabel Vargas Witczak¹

Silvia Virginia Coutinho Areosa²

GT5: Desenvolvimento urbano, urbanização, inclusão social e qualidade de vida

RESUMO

Neste ensaio teórico demonstra-se, através de diferentes fontes bibliográficas como o Vale do Rio Pardo foi constituído historicamente, demonstrando-se a importância da diversidade de aspectos que compõem um território, diferenciando-o de um espaço geográfico quaisquer, sejam eles políticos, econômicos, culturais e que os levam para além da determinação geográfica em si. A seu turno, as formas de ocupação dos espaços geográficos, a seu turno, também configuram as possibilidades econômicas, políticas e as derivações culturais e societárias dentro de um mesmo território. É um caminho de múltiplas mãos (daqueles que viveram e trabalharam ali) assim como possível de múltiplas outras determinações das gerações vindouras. Estudar a temática do “superendividamento, vulnerabilidade e qualidade de vida de mulheres idosas no município de Santa Cruz do Sul” na atualidade, sem entender todas estas múltiplas determinações sobre o território e sua formação, sobre os critérios definidores e identificadores da Região do Vale do Rio Pardo e de como se expressam no cotidiano das pessoas idosas, especialmente as mulheres, residentes no município de Santa Cruz do Sul seria impossível. Este escrito me possibilitou conhecer mais sobre todas essas questões, o que enriquecerá e muito, as discussões que ainda precisaram ser feitas no âmbito do Desenvolvimento Regional.

Palavras-chave: **Vale do Rio Pardo. Aspectos demográficos. Envelhecimento populacional. Superendividamento.**

INTRODUÇÃO

¹ Universidade de Santa Cruz do Sul.

² Universidade de Santa Cruz do Sul.

O envelhecimento populacional está intrinsicamente ligado ao Desenvolvimento Regional (DR), desde as questões demográficas em si mesmas, à formulação das políticas públicas e ao combate das desigualdades regionais. Em dezembro de 2022, durante a Quinta Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento e Direitos das Pessoas Idosas na América Latina e no Caribe, realizada pela CEPAL, afirmou-se que a valorização da velhice envolve o reconhecimento dos direitos e contribuições das pessoas idosas, com o fortalecimento da proteção social e na busca por iniciativas que reduzam as desigualdades sociais e possibilitem enfrentar os desafios dessa fase da vida (CEPAL, 2022, p. 16-17)

Assim, tais respostas específicas a estes desafios emergentes podem advir, muitas vezes, das políticas públicas e de suas articulações aos processos de Desenvolvimento Regional. Souza (2006) parte do pressuposto de que *“decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”* (Souza, 2006, p. 24). Este autor afirma ainda que para se entender uma política pública é preciso que se entenda o debate de ideias e interesses que as fundamentam. Ou seja, segundo a autora, precisa-se entender a *“política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”* (p. 26). Já, para Secchi (2014) *“políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões. [...] é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. [...] a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante”* (pp. 1-3).

E é no ponto do coletivamente relevante que se encontra em Sen (2000) tal complementaridade, quando o autor afirma que o Desenvolvimento Regional prima pela melhoria e manutenção da valorização da qualidade de vida dos indivíduos, através da participação social e do bem-estar das gerações presentes e futuras. E, isso só pode acontecer através da inserção da comunidade no âmbito global e pelo reconhecimento das particularidades próprias da região em que ela está inserida, ressaltando a identidade e a cooperação (Delboni *et al*, 2018).

O objetivo deste escrito é aproximar os conceitos de *território, região e regionalização* à questão do envelhecimento populacional no Vale do Rio Pardo. Isto porque a temática de meu Doutorado em Desenvolvimento Regional investigará sobre *“Superendividamento, vulnerabilidade e qualidade de vida de mulheres idosas no município de Santa Cruz do Sul”*, um dos principais municípios desta região e marco importante na constituição deste território.

A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO

Para Flores (2006) o território pode ser entendido como espaço de articulação de estratégias de desenvolvimento e gestão, assim como do embate entre políticas setoriais e territoriais tanto do ambiente institucional local e externo. E afirma ainda que *“a construção social de um território e a definição de sua identidade cultural é uma ação coletiva, determinada em conjunto com um marco institucional que regula as atividades dos atores locais que participam do processo de construção [...] e impõe uma interpretação que leva em conta a ação coletiva dos atores sociais”* (p. 14). O autor busca outros pensadores que corroboram seu pensamento, demonstrando diferentes perspectivas teóricas ao longo dos anos: em Raffestin (1993), inspirado em ideias foucaultianas, tem-se que território se apropria do espaço, tanto física quanto simbolicamente, por meio da ação social e dos jogos de poder entre atores em constante interação; já Tizon (1995), a partir de uma visão antropológica, associa o território ao ambiente de vida, ação e pensamento de uma comunidade, vinculando-o aos processos de construção de identidade; Abramovay (1998), na perspectiva da Sociologia do Desenvolvimento, enfatiza a importância da história, das configurações políticas e da identidade na constituição do território; e, por fim, Pecqueur (2000), enfatizando o desenvolvimento territorial, distingue entre o território dado, fruto das políticas de organização espacial, e o território construído, que surge do encontro de atores sociais em um espaço geográfico comum para solucionar desafios coletivos (baseado em Flores, 2006).. Essas abordagens mostram como o território não é apenas um espaço físico, mas um fenômeno dinâmico moldado por interações sociais, políticas e culturais.

Silveira (2008), no artigo “Ocupação e primeiros usos do território na região do Vale do Rio Pardo - RS: dos primeiros habitantes indígenas à apropriação militar dos campos de Rio Pardo”, em suas considerações finais, traz um resumo interessante da formação inicial do território da região do Vale do Rio Pardo.

- Os Guaranis: introdução da agricultura - o milho, o feijão, a erva-mate e o fumo em folha (verdadeiros introdutores deste cultivo na região);
- Reduções jesuíticas espanholas - troca de saberes entre jesuítas e guaranis: produtivas roças comunitárias de milho, arroz, feijão, trigo e fumo também foram se difundindo, no entorno das reduções, currais e estâncias de gado decorrentes da introdução pelos jesuítas da criação de gado bovino, equino e muar. A destruição no século XVII das reduções jesuíticas pelas bandeiras paulistas de apresamento de índios determinou o abandono, a dispersão e a posterior reprodução natural dos rebanhos de gado pelos campos do Rio Grande do Sul e do Uruguai;
- O contexto de acirramento de disputa militar pela fixação das fronteiras e pelo domínio territorial no Sul do Brasil, levou o governo imperial brasileiro a promover políticas de ocupação e de povoamento, assentadas na instalação de núcleos

militares e na concessão de sesmarias e datas de terras para militares, tropeiros, comerciantes e estancieiros. No sul do Vale do Rio Pardo, essas políticas se realizaram através da instalação dos núcleos militares de Rio Pardo e de General Câmara, da constituição de inúmeros latifúndios pecuaristas assentados na exploração da mão-de-obra escrava e, mais tarde, do trabalho assalariado dos peões, e da afirmação do poder político e econômico dos estancieiros de gado (Silveira, 2006, p. 125-126).

Já Costa (2016) em uma apresentação no IV Simpósio de Ciências Sociais promovido pela PUC Minas, nos questiona “*Para além de um suposto pioneirismo alemão: a constituição dos serranos na Região de Santa Cruz*” e apresenta um debate importante sobre a formação do território do município de Santa Cruz do Sul. Sintetizo abaixo os argumentos do autor:

- Parte-se de uma análise sobre a construção narrativa de um suposto “pioneirismo” germânico na região de Santa Cruz, a partir da colonização europeia na região iniciada em meados do século XIX, nesse caso pós 1849, ano da implantação da colônia de Santa Cruz, uma das mais importantes do país, na época. Inicialmente tentamos localizar essa região no espaço e no tempo, dando maior ênfase na serra da região de Santa Cruz (que abrange os atuais municípios de Santa Cruz do Sul, Vera Cruz, Vale do Sol, Venâncio Aires, Sinimbu, Boqueirão do Leão, Herveiras e Gramado Xavier, todos pertencentes (senão totalmente, boa parte) ao município de Santa Cruz do Sul até suas emancipações), que delimitamos como região para podermos analisar esse objeto estudado.
- Os documentos buscam mostrar a multiplicidade de povos que constituem historicamente essa região e que ficam a margem da história oficial, bem como das suas narrativas ou que reafirmam essa situação de discurso formativo único da região de Santa Cruz. Nesse caso, a Serra e a formação da população Serrana, na região de Santa Cruz, a partir do século XIX aparecem em registros históricos como integrantes dessa região.
- Não obstante, esse processo de construção social de uma narrativa a acerca de uma região, estar vinculada a um grupo étnico específico, produz no imaginário coletivo, uma série de populações marginais, que não são incorporadas na narrativa oficial, sendo deixada “a margem” dos processos de inclusão social e até mesmo de visibilidade social enquanto grupos humanos. (Costa, 2016, p. 02 e 03)

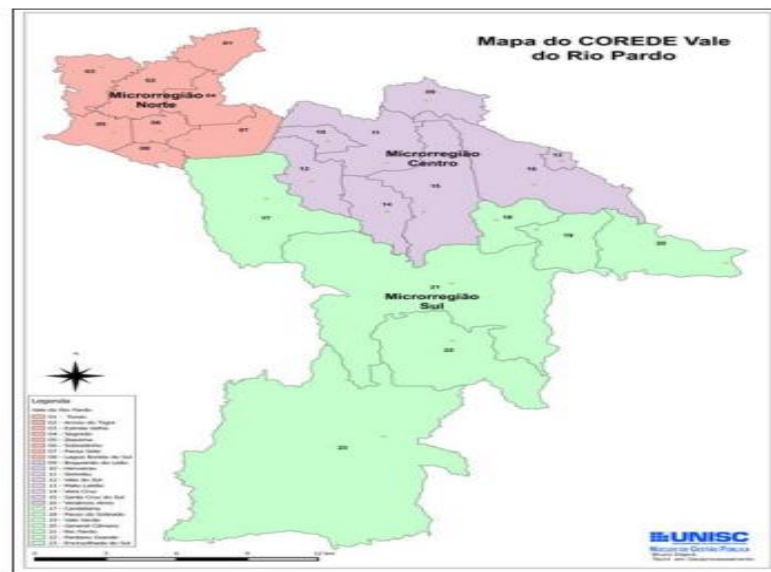
Essa base serrana é o que representa hoje a região ervateira, ou produtora de erva mate, que se estende desde Soledade até Venâncio Aires no eixo da RSC 153 e margeando o eixo norte da BR-471 que liga os municípios atuais de Barros Cassal a Santa Cruz do Sul. A erva mate serve aqui de elemento unificador de um território onde se mesclaram diferentes culturas, para além da germânica, como nos afirma Costa (2016): “*populações indígenas que já habitavam a Serra e por outros que vão ser deslocado das margens do Pardinho para dar lugar a então Colônia, além de escravos fugidos do latifúndio escravocrata de Rio Pardo, bem como os fugidos dos campos de Soledade, que se “aquilombam” na Serra, por ser área intermediária a estas. E ainda outros grupos humanos, inclusive descendentes de germânicos e mais tarde italianos, que se deslocam para Serra, por não encontrarem mais lugar “disponível” para se estabelecer nas colônias oficiais de Santa Cruz e Caxias*” (p. 06 e 07).

Simon (2014), em sua Dissertação de Mestrado, utiliza-se de diferentes autores para caracterizar a criação do município de Santa Cruz do Sul e a expansão dos povos de origem germânica pela região. Faço uma pequena caracterização a partir de suas ideias:

- Os primeiros colonizadores alemães chegaram a partir de 19 de dezembro de 1849 e “foram assentados no local atualmente denominado de Linha Santa Cruz (Alt Pikade), nas margens da Estrada de Cima da Serra”, caminho que ligava o entreposto comercial de Rio Pardo com os campos de gado da região de Soledade;
- De Linha Santa Cruz, a colonização se expandiu na direção de Rio Pardo, Dona Josefa, Linha Andréas, Sinimbu, Vila Tereza e Ferraz. Uma vez ocupadas as terras devolutas da Colônia, áreas de particulares foram loteadas dando origem, dentre outras, a Rio Pardense, Faxinal de Dentro, Colônia Germânia (Candelária), Entre-Rios, Formosa, Trombudo, Pomerânia, Chaves, Linha João Alves, Cerro Alegre, São João da Serra, Pinheiral, Linha Nova e outras;
- A partir da criação da colônia de Santa Cruz, os colonos vão se apropriando de áreas que compreendem a região do Vale do Rio Pardo, na depressão central e as encostas do planalto, originando novas colônias, tanto oficiais como particulares, ocupadas principalmente por imigrantes europeus ou descendentes; destaca que as terras ocupadas pelos imigrantes alemães eram de relevo acidentado e cobertas por densas matas. Os lotes coloniais eram de tamanho reduzido, se comparados à extensão alcançada pelas sesmarias da região de campo.
- O comércio passa a ser centralizado em rotas que passarão obrigatoriamente pelo município de Rio Pardo para acesso fluvial ao centro do Estado e a cidade de Porto Alegre. Paulatinamente o fumo se instaura como principal produto agrícola, tanto pelas condições climáticas favoráveis como pelo valor agregado. É importante lembrar que, como já apontado anteriormente, o mesmo já estava na tradição cultural da região desde os Guaranis e era o único que não era cultivado em nenhuma outra região do Estado comercialmente e com relevância àquela época. (Simon, 2014, p. 35-37)

Para Etges e Habekost (2005) *“mais do que base física, um território traz a marca de gerações que ali viveram e trabalharam, é resultante dos embates políticos, econômicos e sociais que se travaram entre os seus habitantes”* (p. 12). De forma bem categórica, os três recortes acima demonstrados (Silveira, 2008; Costa, 2016; Simon, 2014) acabaram por demonstrar as configurações sócio históricas das três diferentes microrregiões do COREDE Vale do Rio Pardo, conforme demonstrado na Figura 1- “A região do Vale do Rio Pardo e suas microrregiões” a seguir:

Figura 1- A região do Vale do Rio Pardo e suas microrregiões



Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.54, p.<234-257>, jul./dez. 2019

Etges (2001), baseando-se nas ideias de Klarmann (1999), resume as particularidades de cada uma dessas sub-regiões:

- o norte, caracteristicamente, uma área de predomínio da pequena propriedade, com uma população constituída por descendentes de alemães, italianos e luso-brasileiros, e com sérios problemas no tocante a alternativas econômicas que agreguem valor à produção do minifúndio;
- o centro, constituído pela sub-região do polo industrial-comercial de Santa Cruz do Sul e cidades vizinhas como Venâncio Aires e Vera Cruz;
- o sul, representado pela área abrangida pelas médias e grandes propriedades, com um predomínio das atividades agropastoris, principalmente dedicadas à pecuária e à orizicultura, e com baixa densidade demográfica nas áreas rurais, típica de regiões de latifúndios (Etges, 2001, p. 354-355).

Para finalizar esta seção, retomo os conceitos propostos por Santos (1977), partindo-se do pressuposto de que “os modos de produção escrevem a História no tempo, as Formações Sociais escrevem-na no espaço” (p. 87) e tomando-se a formação social como uma particularidade espaço-temporal de um determinado modo de produção dominante. Assim, se a Geografia se mantivesse baseada no modelo positivista tais fenômenos não poderiam ser apreendidos e discutidos. Passando esta a um modelo pragmático, pensando na processualidade, na história, nos nexos existentes entre as dimensões singular, particular e universal dos fenômenos para além de sua aparência imediata, em direção à essencialidade concreta e pelo desvelamento de suas mediações e de suas contradições internas fundamentais.

Para Etges (2023), reforça-se aqui a dimensão da categoria da mediação pensada como processo, que tem por referência a diferença, a heterogeneidade e o desequilíbrio,

estabelecer as conexões entre os diferentes aspectos que caracterizam a realidade (Almeida, 2001) pelas quais as partes específicas (totalidades parciais) estão relacionadas, numa série de determinações recíprocas que se modificam constantemente (Massom, 2012). E que uma determinada região é parte de uma totalidade social, por isso é importante o estudo da sua gênese, movimento e contradições. Isso significa que não se pode tratar do processo de regionalização do território de forma isolada das outras manifestações sociais. Por isso a importância da caracterização apresentada, demonstrando-se as diferentes dimensões constituintes na formação deste território (geográficas, históricas e de conformação cultural) e as intersecções entre estes que o produziram. Na seção seguinte serão apresentados dados que caracterizam a região do Vale do Rio Pardo.

A CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.

Lencioni (2005) delimita que a primeira conceituação de região surgiu com Paul Vidal de La Blache (1845-1918) afirmando que esta *“podia ser objetivamente distinguida na paisagem e que os homens têm consciência da existência das regiões à medida que constróem identidades regionais. [...] Já para Hettner ela não é auto-evidente, pois os limites regionais são provenientes de um exercício intelectual, uma construção intelectual do pesquisador”* (p. 189-190). Desconhecer a historicidade dos processos que permeiam a construção de uma determinada região (sociais, econômicos, políticos...) e reduzi-los a atributos ou escalas geográficas / matemáticas foi por muito tempo um exercício da ciência positiva.

Este tipo de pensamento, para Benko (1999), levou o Desenvolvimento Regional a focar-se em uma lógica situada entre a economia espacial e a ciência regional, em uma abordagem que se iniciou com um ordenamento do território na busca para se *“colocar ordem”*. Com o avanço do pensamento acadêmico, como nos demonstram Lima e Oliveira Neto (2019), tal *“ordem”* vem sendo substituída pelo entendimento de uma configuração do território, para retirar a conotação de ordenamento implícita neste. No entanto, mantém-se ênfase na abordagem quantitativa. Isto porque o mundo ocidental, a partir do século XX construiu uma concepção de que o território deveria ser planejado, especialmente a partir da crise econômica dos anos 1930, quando o Estado passa a desempenhar papel importante na organização econômica e social na Europa e nos Estados Unidos sob a influência do Keynesianismo. Tal argumentação levou a crer que os planos econômicos poderiam ser agentes únicos nesses processos e o Estado seria uma figura central neste processo.

A partir dos anos 1950, Benko (1999) demonstra que se fez necessário ampliar o conceito de região: a) região homogênea é de inspiração agrícola e se define por uma dispersão mínima das características de cada unidade elementar em relação à média do conjunto; b) região polarizada, de inspiração industrial, correspondente ao espaço como campo de forças; c) região de planejamento, de inspiração prospectiva, a serviço das grandes corporações e das organizações públicas ou uma região da administração. Todas buscavam criar leis fundamentais para uma ciência regional, uma ciência síntese em uma perspectiva neopositivista. Assim afirmam Piffer e Alves (2011) a respeito da construção desse conceito: *“segundo Benko (1999) a evolução do conceito de região no século XX fez os economistas, os geógrafos, os historiadores e os sociólogos compreenderem que a região é um produto social gradualmente construído por sociedades nos respectivos espaços de vida”* (p. 04).

Já os neopositivos, segundo Lencioni (2005), implicados no entendimento da processualidade, concebem a região como algo dinâmico, como um ente vivo, permeado por forças que o constituem e permitem que se movimente em prol de seu desenvolvimento entrópico. Assim, segundo a autora:

recuperou-se a vertente historicista da geografia, à medida que a região passou a ser considerada como um produto da história e da cultura. Por meio de induções sucessivas, procurou-se compreender como se constitui o sentimento que os homens têm de pertencer a uma determinada região. Sentimento que emana do interior e do íntimo das pessoas. A região, portanto, começou a ser vista como não constituindo uma realidade objetiva, pelo contrário, ela foi concebida como construção mental, individual, mas também submetida à subjetividade coletiva de um grupo social, por assim dizer, inscrita na consciência coletiva (p. 194).

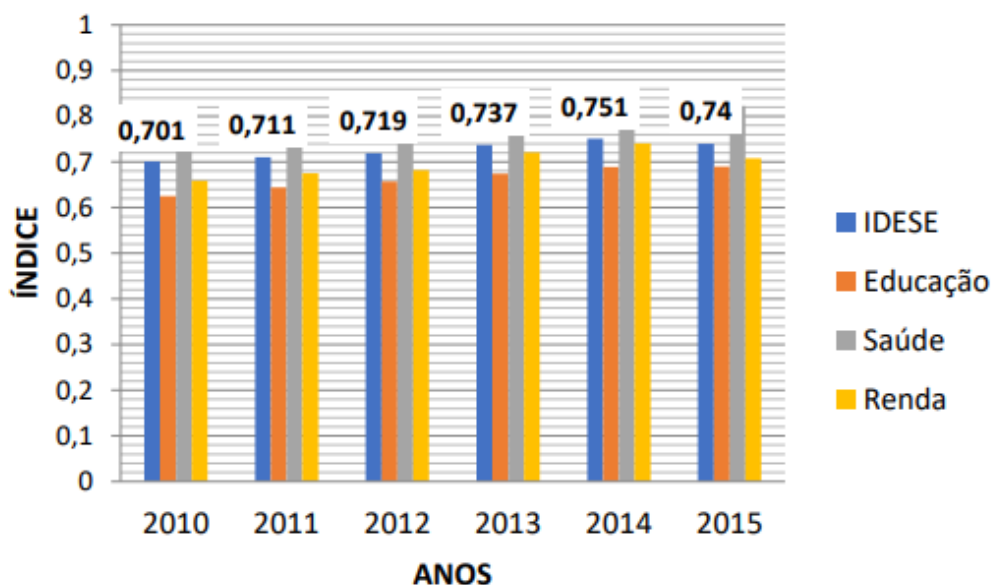
Limonad (2015) apresenta uma questão muito interessante, que é também o ponto de partida para a discussão nesta seção: para que regionalizar? A autora ressalta que todo processo de regionalização, ou de conformação de uma região, é um processo de demarcação de um espaço geográfico ou de um território, com finalidades e objetivos específicos e que pode se basear em questões econômicas, políticas, sociais, ambientais, ou qualquer outro critério que se tome por relevante.

Como demonstrado anteriormente neste escrito, as diferentes ocupações humanas neste espaço geográfico, em sucessivas gerações e diferentes processos populacionais, determinaram ritmos de vida e fluxos econômicos financeiros, entre o urbano e o rural, entre os setores econômicos e até mesmo, entre os fatores que caracterizam a população atual. Mas, de que região se fala? Segundo Etges (2001), *“quando se fala em Região do Vale do Rio Pardo, é importante que se diga que essa região, definida a partir de uma característica física, o Vale do Rio Pardo, é composta de, pelo menos, três regiões”* (p. 354), conforme

anteriormente demonstrado na Figura 1- “A região do Vale do Rio Pardo e suas microrregiões” e na síntese das ideias de Klarmann (1999). A autora refere ainda que outro fator que une as sub-regiões é o cultivo do fumo / tabaco.

Para podermos situar o panorama concernente à região do Vale do Rio Pardo, destaco o estudo elaborado por Freitas e Deponti (2020) e demonstrado na Figura 2- “Gráfico da Evolução do IDESE COREDE VRP e seus indicadores 2010-2015”:

Figura 2- Gráfico da Evolução do IDESE COREDE VRP e seus indicadores 2010-2015



Fonte: Freitas e Deponti (2020) elaborado com base nos dados do IDESE, 2018.

A partir desta Figura as autoras Freitas e Deponti (2020) demonstram que do total de 23 municípios do Vale do Rio Pardo:

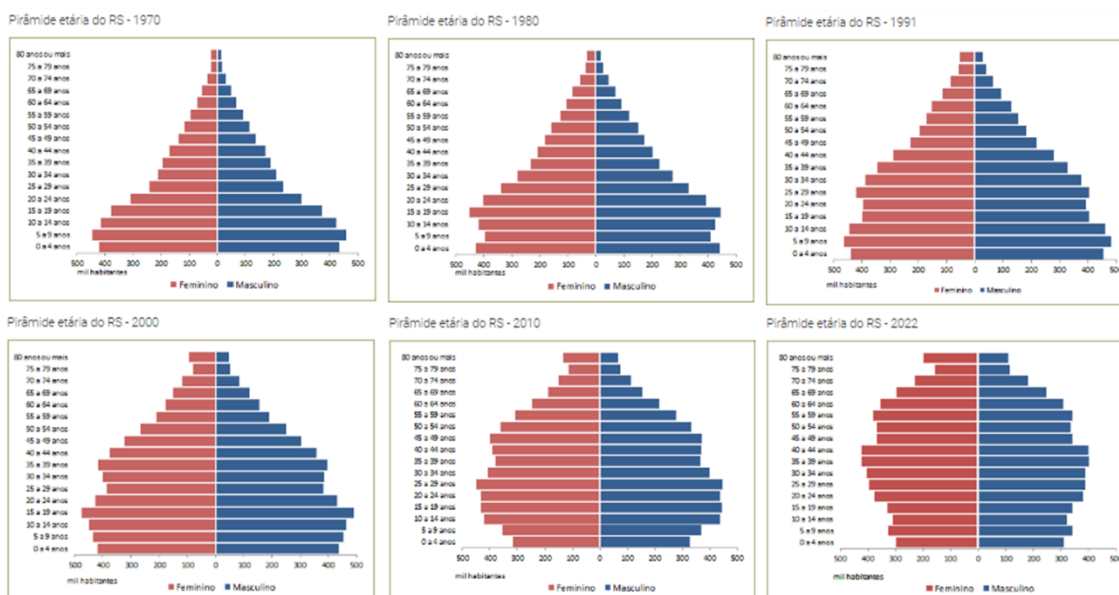
- Santa Cruz do Sul apresenta o melhor IDESE, 0,809, e os melhores índices nas dimensões educação e renda, e o segundo melhor em saúde. O município com pior IDESE é Vale do Sol, com 0,626.
- Dimensão saúde possui os melhores índices, tendo destaque os municípios de Sinimbu e Ibarama.
- Dimensão educação, Candelária tem o pior índice, 0,533, seguido de Vale do Sol, 0,579. - Dimensão renda, Passa Sete e Vale do Sol possuem os piores índices; por outro lado, Santa Cruz e Venâncio Aires apresentam os melhores valores. Ressalta-se que os dois municípios são os maiores da região, com 130 mil habitantes e 60 mil habitantes, respectivamente. Justamente por serem os municípios mais urbanizados, eles concentram o polo agroindustrial do tabaco, com elevada produção agrícola desta cultura (Freitas e Deponti, 2020, p. 95).

Como o foco dessa pesquisa vincula-se ao envelhecimento humano, buscar-se-a discutir o processo de regionalização com foco neste enquadre. Siqueira *et al.* (2020) apontam

que segundo expectativa populacional do IBGE (2019), o vale do Rio Pardo abriga 446.137 pessoas, sendo município mais populoso Santa Cruz do Sul, seguido por Venâncio Aires; oito municípios de 10-40 mil habitantes; e treze com menos de 10 mil habitantes. Apesar de ter uma área predominantemente rural (97,9% do território), na pesquisa do censo populacional de 2010 tinha-se nesta região a maior parte da população vivendo na área de cobertura urbana, com aproximadamente 63% dos habitantes e a população idosa regional era de cerca de 13% da população total à época (IBGE, 2010).

Os dados coletados em 2022 confirmam a manutenção da cobertura rural do território dos municípios, porém a proporção de habitantes na área urbana evoluiu para cerca de 67% da população dos habitantes e tem-se já cerca de 18% da população considerada como de pessoas idosas (60 anos ou mais), com preponderância para pessoas do sexo feminino (aumentando-se o número de mulheres idosas quanto mais longa for a idade) (IBGE, 2022). Tais dados acompanham a pirâmide etária do Estado do Rio Grande do Sul, demonstrando o envelhecimento populacional e a feminização da velhice, tal como pode ser observado na Figura 3- “Evolução da pirâmide etária no Estado do Rio Grande do Sul”, enquanto a Figura 4- “Índices de envelhecimento populacional no Brasil e no Rio Grande do Sul” demonstram como esta realidade diverge em um país de dimensões continentais como o constituído pelo território brasileiro.

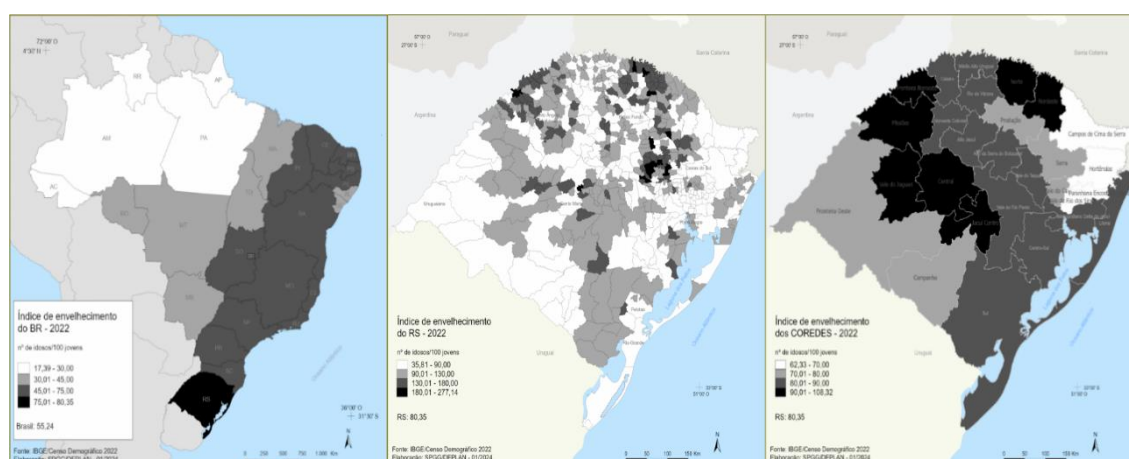
Figura 3- Evolução da pirâmide etária no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br)

Ainda analisando os dados do Censo populacional brasileiro ocorrido em 2010, em referência ao Vale do Rio Pardo, Cardoso e Areosa (2016) apontam que “o Brasil possui 5.423.459 idosos economicamente ativos, o que representa que 3,34% da população idosa realiza alguma atividade produtiva. O Rio Grande do Sul e o Vale do Rio Pardo têm, respectivamente, 428.035 e 20.741 idosos no mercado de trabalho. Sabe-se com isso que 4,59% dos idosos gaúchos estão economicamente ativos, assim como 5,66% dos idosos da região estudada” (s/p). As autoras, baseadas nas ideias de Grudzinski (2013), argumentam ainda que o crescimento da população idosa repercutirá em diversas áreas da sociedade, “como no mercado de trabalho, na política, na cultura, na economia entre outras, tendo em vista que os idosos estão buscando garantir seu espaço e seus direitos na sociedade. As transformações que o processo de envelhecimento vem provocando, requer novos paradigmas para o entendimento da população idosa, em todas as áreas sociais” (s/p). Ou seja, as mudanças ocorrerão em todos os níveis da sociedade.

Figura 4- Índices de envelhecimento populacional no Brasil e Rio Grande do Sul



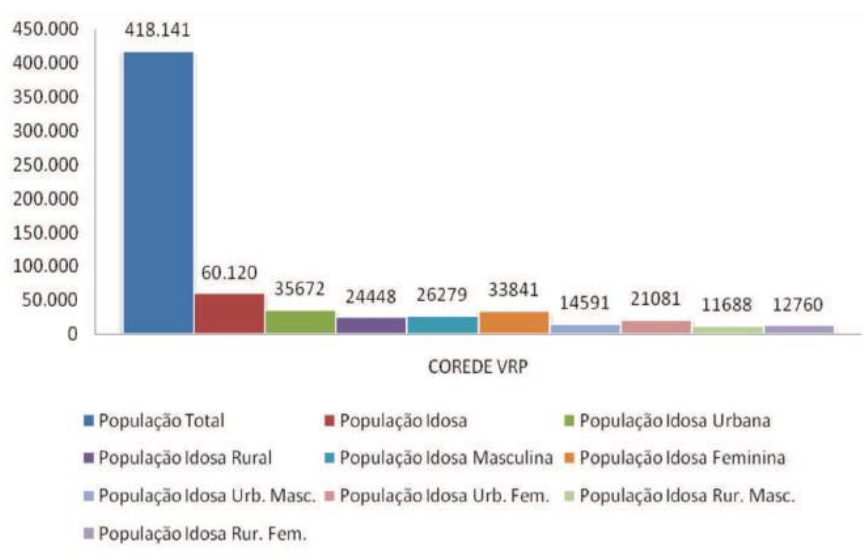
Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br)

Os municípios do vale do Rio Pardo têm sua vocação agrícola voltada ao plantio especialmente de fumo em pequenas propriedades rurais familiares. Areosa, Silva e Klafke (2020) demonstram que a participação em associações, grupos e/ou sindicatos é de cerca de 70% das pessoas idosas pesquisadas. No entanto, Tonezer, Trzcinski e Dal Magro (2017), ao estudarem as vulnerabilidades da velhice no meio rural no Rio Grande do Sul apontam que aspectos históricos como os planos nacionais de modernização da agricultura (ocorridos entre as décadas de 1960 e 70), favoreceram apenas as grandes propriedades. Gerando assim, a descapitalização dos pequenos produtores e a exclusão de boa parte da população jovem

que busca na cidade novas oportunidades, mantendo-se no rural quase que exclusivamente os idosos.

Observando-se a Figura 5- “Gráfico da População Idosa, COREDE VRP 2010” (Kist e Areosa, 2014), pois ainda não se tem a sistematização desses dados conforme obtidos no Censo 2022 e apropriados pelo COREDE VRP, vê-se bem as particularidades dessa parcela populacional quanto as divisões em gênero e localidade (urbano/rural).

Figura 5- Gráfico da População Idosa, COREDE VRP 2010



Fonte: Banco de Indicadores Sociais (IBGE, 2010).

Dada a especificidade desta pesquisa, o município de Santa Cruz do Sul, precisa aqui também ser demonstrado. Para Areosa e Cardoso (2020), baseando-se ainda em dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010) demonstram que

Santa Cruz do Sul (13,15%) apresenta índice de população idosa inferior a 13ª CRS (14,36%) e ao RS (13,65%). No entanto, o município apresenta população idosa superior à média do Brasil (10,78%) e possui cerca de 1/3 da população idosa da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde. Santa Cruz do Sul apresenta 2,37% a mais de idosos em relação ao Brasil. Nesta mesma comparação, a 13ª CRS possui população idosa 3,58% superior em relação ao resto do país. O RS também se destaca pela proporção de idosos: são 2,87% a mais de idosos no estado do que a média nacional” (Areosa e Cardoso, 2020, p. 690-691).

A partir dos dados tabulados no Censo de 2022, a população da cidade de Santa Cruz do Sul (RS) chegou a 133.230 pessoas, o que representa um aumento de 12,55% em comparação com o Censo de 2010. Mesmo com o aumento populacional, acredita-se que as taxas médias variaram muito pouco, pois todos os índices modificaram-se proporcionalmente,

não havendo disparidades dignas de nota. Verificou-se também, um decréscimo da natalidade de forma geral, o que corrobora a tese do envelhecimento populacional. Olhando-se o panorama do mesmo, existem muitas diferenças entre o urbano e o rural, principalmente nas questões referentes à população de pessoas idosas. Ainda segundo Areosa e Cardoso (2020),

no RS, 1.188.895 (11,12%) de idosos residem no meio urbano, sendo que 270.702 (2,53%) têm por situação de domicílio o meio rural. No Brasil há 17.324.394 (9,09%) idosos residindo no meio urbano, sendo 3.266.203 (1,7%) morando no meio rural (CENSO, 2010). Santa Cruz do Sul, o estado do RS e o Brasil apresentam diferenças significativas quanto à situação de domicílio dos idosos no meio urbano e rural (diferença de 9,19%, 8,59% e 7,39%, respectivamente). Nestes casos percebe-se a concentração de idosos no meio urbano. A região da 13ª CRS apresenta população idosa residindo no meio urbano superior ao número de idosos no meio rural. A diferença entre as duas situações de domicílio é de 3,39% (Areosa e Cardos, 2020, p. 391-392)

No meio urbano, em Santa Cruz do Sul, para Silveira (2020) os cinco bairros com maior número absoluto de idosos são em ordem decrescente: Centro, Senai, Bom Jesus, Goiás e Arroio Grande, representando cerca de 36% do total de pessoas idosas da cidade. Os bairros com maior percentual de idosos são os do Goiás e do Senai que apresentam, cada um, uma população de idosos que equivale a 20 e 23,7% da população total desses bairros. Quanto à distribuição proporcional da população dos idosos nas faixas etárias de 70 anos ou mais, nos bairros, podemos destacar os bairros do Centro com 55,61% dos idosos do bairro; do Senai com 53,55% dos idosos; Goiás, com 53,02% dos idosos/ Bom Jesus, com 47,45% dos idosos do bairro. Já quanto ao índice de envelhecimento da população os cinco bairros da cidade com maior índice de envelhecimento são: Figueira com 185,71,5% ou seja 185,71 idosos para cada 100 jovens; Goiás com 174,21%; Centro com 171,14%; Avenida com 145,75% e Senai com 125,56%. Em estudo realizado em período de tempo anterior, Kronbauer *et al.* (2009) afirmam que *“os bairros com maior número de idosos são o Centro e o Senai, enquanto entre os distritos se destacam Monte Alverne e Rio Pardinho. Quanto ao analfabetismo, o distrito de Alto Paredão e os bairros Imigrante, Glória e Menino Deus merecem atenção especial, com índices entre 30 e 55%”* (p. 81).

Já a obra “Envelhecer no campo”, organizada por Areosa e Freitas (2020), é resultante do projeto de pesquisa “Estudo Socioeconômico e Demográfico da População Idosa no Meio Rural do Município de Santa Cruz do Sul” e demonstra de forma ampla a situação da população idosa no município. E, no capítulo 1 “Perfil da pessoa idosa no meio rural”, escrito pelas mesmas autoras, tem-se então, como o próprio título indica, a apresentação do perfil

desta população entre os anos de 2017 a 2019. Em resumo, estas são as principais características sociodemográficas encontradas:

- 58,5% dos participantes possuem idade entre 60 e 70 anos e representa a maior porcentagem; 32,2% tem idade entre 70 e 80 anos e 8,9% tem idade entre 80 e 90 anos (p. 22);
- 69,9% dos participantes eram do sexo feminino e 30% do sexo masculino (p. 23);
- 97,9% dos moradores rurais, que participaram da amostra, se autodeclararam brancos (p. 24);
- a escolaridade da população idosa do meio rural é baixa, pois 61,9% da amostra tem somente quatro anos de estudo. Por outro lado, 26,7% possuem entre cinco e oito anos de estudo, configurando pelo menos, a realização do ensino fundamental (Areosa e Freitas, 2020, p. 25).

Areosa e Cardoso (2020) demonstram alguns indicadores importantes para o município de Santa Cruz do Sul e sua relação com a área de abrangência da 13ª CRS, o Estado do Rio Grande do Sul e o Brasil, baseados no banco de dados agregados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2010:

- A esperança de vida reflete aspectos sociais, econômicos e de saúde, entre outros, que estão atrelados à melhoria da qualidade de vida da população. Conforme os dados do PNUD (2010), a esperança de vida ao nascer em Santa Cruz do Sul é de 76,1 anos, sendo o segundo maior nível de esperança de vida da região. A região da 13ª CRS possui esperança de vida média de 74,48 anos, acima da do Brasil que é de 73,48 anos e abaixo da expectativa de vida do RS que é de 75,8 anos. O município de Santa Cruz do Sul, com média de 76,1 anos, apresenta esperança de vida superior à região (74,48 anos), estado (75,8 anos) e país (73,48 anos). A região da 13ª CRS apresenta esperança de vida inferior à média do RS, mas superior à média do Brasil. O estado do RS apresenta esperança de vida superior à do Brasil (PNUD, 2010) (Areosa e Cardoso, 2020, p. 693);

E também que

- O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no município de Santa Cruz do Sul, no estado do RS e no Brasil estão classificados na faixa de IDH considerado alto; já a região da 13ª CRS está na faixa de IDH considerado médio. No entanto, todas as unidades territoriais estudadas estão classificadas como “em desenvolvimento”, já que apresentaram IDH entre 0,600 e 0,799 (PNUD, 2010) (Areosa e Cardoso, 2020, p. 694).

Para finalizar esta seção, destaca-se o pensamento de Etges (2001): *“as formas que hoje estão impressas no território do estado do Rio Grande do Sul [...] não podem ser mais atribuídas simplesmente às condições físicas ou naturais do mesmo. Ao contrário, [...] esse uso é determinado por interesses econômicos, sociais, políticos e culturais. São esses os aspectos que definem uma região nos dias atuais”* (p. 353).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este escrito buscou demonstrar a importância da diversidade de aspectos que compõem um território, diferenciando-o de um espaço geográfico quaisquer, sejam eles políticos, econômicos, culturais e que os levam para além da determinação geográfica em si.

A seu turno, as formas de ocupação dos espaços geográficos, a seu turno, também configuram as possibilidades econômicas, políticas e as derivações culturais e societárias dentro de um mesmo território. É um caminho de múltiplas mãos (daqueles que viveram e trabalharam ali) assim como possível de múltiplas outras determinações das gerações vindouras.

Estudar a temática do “superendividamento, vulnerabilidade e qualidade de vida de mulheres idosas no município de Santa Cruz do Sul” na atualidade, sem entender todas estas múltiplas determinações sobre o território e sua formação, sobre os critérios definidores e identificadores da Região do Vale do Rio Pardo e de como se expressam no cotidiano das pessoas idosas, especialmente as mulheres, residentes no município de Santa Cruz do Sul seria impossível. Este escrito me possibilitou conhecer mais sobre todas essas questões, o que enriquecerá e muito, as discussões que ainda precisaram ser feitas no âmbito do Desenvolvimento Regional.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, José L.V.. **Tá na rua: representações da prática dos educadores de rua**. São Paulo: Xamã, 2001.
- AREOSA, Silvia V. C.; CARDOSO, Claudia M. C.. Saúde do idoso: um estudo de caso brasileiro. IN: PEREIRA, Henrique *et al.* (Org.) **Actas do 13º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde**. Covilhã, Faculdade de Ciências da Saúde, 30 de Janeiro a 1 de Fevereiro de 2020, pp. 689-698. Disponível em: https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/7591/1/13CongNacSaude_689.pdf Acesso em 09 de julho de 2024.
- AREOSA, Silvia V. C.; FREITAS, Cristiane D. R.. Perfil da pessoa idosa no meio rural. IN: AREOSA, Silvia V. C.; FREITAS, Cristiane D. R.. **Envelhecer no campo**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.
- AREOSA, Silvia V. C.; SILVA, Lucas A. da; KLAFKE, Rafael L.. Suporte social e rede de apoio da pessoa idosa. IN: AREOSA, Silvia V. C.; FREITAS, Cristiane D. R.. **Envelhecer no campo**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.
- BENKO, Georges. **A Ciência Regional**. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- CARDOSO, Claudia M. C.; AREOSA, Silvia V. C.. População idosa economicamente ativa no Vale do Rio Pardo: reflexões para o desenvolvimento regional. **Debate**, n. 3, v. 6, pp.

216-234, 2016. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/5708/570863074012/html/#:~:text=No%20Vale%20do%20Rio%20Pardo%2C%2011%2C48%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,representatividade%20para%2014%2C37%25>. Acesso em 09 de julho de 2024.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL).

Envejecimiento en América Latina y el Caribe: inclusión y derechos de las personas mayores. Santiago: Impreso en Naciones Unidas, 2022. Disponível em:
<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/e345daf3-2e35-4569-a2f8-4e22db139a02/content> Acesso em 09 de julho de 2024.

COSTA, João P. R.. Para além de um suposto “pioneirismo alemão”: a constituição dos serranos na região de Santa Cruz. **Anais do IV Simpósio Internacional de Ciências Sociais – Desafios contemporâneos tensões entre o local e o global.** Belo Horizonte, PUC Minas, de 05 a 07 de outubro de 2016. Disponível em:
<http://portaleventosacademicos.pucminas.br/index.php/simposioics/ivsics> Acesso em 09 de julho de 2024.

DELBONI, Miriam C. C. *et al.* Demografia e o envelhecimento em Portugal e no Brasil: reflexões para o desenvolvimento regional. **Revista Sociais & Humanas.** v. 33, n.3, p. 138-155, 2020. Disponível em:
<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/download/34555/pdf/269373&ved=2ahUKEwis5sDk2N0GAxUlrZUCHR8xD7YQFnoECBQQAQ&usg=AOvVaw18w06EigeNwJfxAS9h3JmU> Acesso em 09 de julho de 2024.

ETGES, Virgínia E.. A região como arranjo territorial particular. **Anais Do XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Desenvolvimento Regional em tempos de emergência climática: desafios e oportunidades.** UNISC, Santa Cruz do Sul, 2023.

_____. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. IN: VOGT, Olgário P.; SILVEIRA, Rogério L. L. da. **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região.** Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2001.

ETGES, Virgínia E.; HABEKOST, Soelem. Ordenamento do Território e Políticas de Desenvolvimento Regional nos Países do MERCOSUL. **Anais do IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional,** Santa Cruz do Sul, UNISC, 2008. Disponível em <https://www.unisc.br/site/sidr/2008/textos/120.pdf> Acesso em 09 de julho de 2024.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte.** Territórios com identidade cultural, 2006. Acesso em 07 de junho de 2024. Disponível em:
https://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Desenvolvimento.pdf Acesso em 09 de julho de 2024.

FREITAS, Tanise D.; DEPONTI, Cidonea M.. As Estratégias de Desenvolvimento Regional do COREDE do Vale do Rio Pardo – RS e a perspectiva das Liberdades e Capacidades. In: FREITAS, Tanise D.; DEPONTI, Cidonea M.; SILVEIRA, Rogério L. L. da (Org.) **Políticas públicas e desenvolvimento regional: atores e estratégias em regiões do Brasil.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 362p.

- GRUDZINSKI, Silvia C. Fatores da qualidade de vida no trabalho intervenientes na transição para aposentadoria. 2013. 119 f. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2013.
- IBGE. **Censo Demográfico Brasileiro de 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673> Acesso em 07 de maio de 2023.
- IBGE. **Censo Demográfico Brasileiro de 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html> Acesso em 07 de maio de 2023.
- KIST, Rosane B. B.; AREOSA, Silvia V. C. Envelhecer na perspectiva do envelhecimento satisfatório: o caso dos idosos do Vale do Rio Pardo. **Redes**, v. 19, n. 2014, p. 65-78, 9 set. 2014.
- KLARMANN, Herbert. Região e identidade regional: um estudo da especialidade e representatividade regional no Vale do Rio Pardo. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – **Mestrado** (Dissertação), UNISC, 1999.
- KRONBAUER, Gláucia A. *et al.* Nossos velhos: perfil demográfico dos idosos de Santa Cruz do Sul. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**. v. 14, n. 1, pp- 81-93, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/6035/7064> Acesso em 09 de julho de 2024.
- LENCIONI, Sandra. Região e geografia. a noção de região no pensamento geográfico IN: CARLOS, Ana F. A. (Orga) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2005.
- LIMA, Elaine Carvalho de; OLIVEIRA NETO, Calisto Rocha de. Análise do desenvolvimento territorial: a contribuição da experiência italiana. **Interações**, Campo Grande, v. 20, n. 1, p. 51-61, jan. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122019000100051&lng=pt&nrm=-iso. Acesso em: 09 de julho de 2024.
- LIMONAD, Ester. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? IN: LIMONAD, Ester *et al.* **Brasil Século XXI: por uma nova regionalização. Processos, escalas**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.
- MASSOM, G. As contribuições do método Materialista Histórico e Dialético para a pesquisa sobre Políticas Educacionais. **Anais IX ANPED Sul**, 2012.
- PIFFER, Moacir; ALVES, Lucir R.. Região, aglomerações e desenvolvimento econômico: notas de pesquisa. **Anais do V Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional: CEPAL – 60 anos de Desenvolvimento na América Latina**, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 17 a 19 de agosto de 2011. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2011/textos/81.pdf> Acesso em 09 de julho de 2024.
- SANTOS, Milton. Espaço e sociedade: e formação da sociedade como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, pp. 81-100, 1977. Disponível em:

<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092/949> Acesso em 09 de julho de 2024.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2º Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, Rogério L. L. População de idosos (grupo de risco) nos bairros de Santa Cruz do Sul. **Informativo OBSERVA DR – COVID 19**. online 2020. Disponível em: <https://observadr.org.br/wp-content/uploads/2020/04/5.-Popula%C3%A7%C3%A3o-de-idosos-grupo-de-risco-nos-bairros.docx.pdf> Acesso em 09 de julho de 2024.

SILVEIRA, Rogério L. L. da. Ocupação e primeiros usos do território na região do Vale do Rio Pardo - RS: dos primeiros habitantes indígenas à apropriação militar dos campos de Rio Pardo. **REDES**, v. 13, n. 2, pp. 104-128, 2008. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/338/544> Acesso em 09 de julho de 2024.

SIMON, Everton L.. Culinária regional: história, saberes e identidade regional no Vale do Rio Pardo/RS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – **Mestrado** (Dissertação), UNISC, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unisc.br:8080/jspui/bitstream/11624/779/1/EvertonSimon.pdf> Acesso em 09 de julho de 2024.

SIQUEIRA, Angélica C. da; LUCAS, Evandro de O.; CRUZ, Fabiana T. da. Políticas Voltadas para Feiras da Agricultura Familiar no Vale do Rio Pardo (RS): Estratégias locais para a soberania e segurança alimentar e nutricional. **Revista Retratos de Assentamentos**. v. 23, n. 2, 2020.. DOI: 10.25059/2527-594/retratosdeassentamentos/2020.v23i2.430 Acesso em 07 de maio de 2023

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, ano 8, n.16, 2006, pp. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf> Acesso em 24 de janeiro de 2024

TONEZER, Cristiane; TRZCINSKI, Clarete; DAL MAGRO, Márcia L. P.. As Vulnerabilidades da velhice rural: um estudo de casos múltiplos no Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento Em Questão**, v. 15, n. 40, pp. 7–38, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.40.7-38> Acesso em 09 de julho de 2024.